

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (PA)

Matheus Silva Rodrigues¹

Angelimar Santana Santos²

Resumo: Este estudo analisa a educação do campo, rio e florestas em Conceição do Araguaia (PA), destacando desafios e propondo soluções. A análise documental aborda documentos como a CF de 1988, LDB, PCNs, PNE, PRONACAMPO, BNCC, PEE, PME de Conceição do Araguaia, e PPP das escolas rurais. Identificam-se barreiras como infraestrutura inadequada e acesso limitado a recursos didáticos, afetando a qualidade do ensino. A ausência expressa de forma crítica da Pedagogia da Alternância nos documentos locais sugere a necessidade de repensar políticas educacionais. Conclui-se que políticas inclusivas e contextualizadas são essenciais, valorizando os saberes locais e promovendo a identidade cultural.

Palavras-chave: Educação no campo; Políticas educacionais; Conceição do Araguaia, Pará; Pedagogia da Alternância.

Abstract: This study analyzes the education of the countryside, river and forests in Conceição do Araguaia (PA, Brazil), highlighting challenges and proposing solutions. The documentary analysis encompasses documents such as the 1988 Federal Constitution, LDB, PCNs, PNE, PRONACAMPO, BNCC, PEE, PME of Conceição do Araguaia, and PPP of rural schools. Barriers like inadequate infrastructure and limited access to educational resources are identified, impacting the quality of education. The critically expressed absence of Alternation Pedagogy in local documents suggests the need to rethink educational policies. It is concluded that inclusive and contextualized policies are essential, valuing local knowledge and promoting cultural identity.

Keywords: Evolution; Theory of Relativity; Psychic Apparatus; Environmental Education

¹Instituto Federal do Pará. E-mail: matheus.rodrigues.educacional@gmail.com,

Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3229417984035968>

²Profa. do Instituto Federal do Pará, Doutoranda em Educação UEPA. E-mail: angelimar.santos@ifpa.edu.br.

Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7192532489910321>

Introdução

No Brasil, a educação no campo cumpre um papel fundamental na busca por um desenvolvimento inclusivo e sustentável das comunidades rurais. Além dos desafios enfrentados em nível nacional, como corroborado pelos avanços legislativos e políticas educacionais, é importante destacar questões específicas relacionadas à posse da terra na região Norte, especialmente no município de Conceição do Araguaia, no Pará.

Essas questões têm um impacto significativo na dinâmica educacional local, ampliando os desafios enfrentados pelas escolas rurais e suas comunidades. Este trabalho visa analisar as iniciativas e estratégias identificadas em planos de educação e outros documentos relevantes que focam especificamente na educação de comunidades ribeirinhas e povos da floresta, reconhecendo suas necessidades únicas e promovendo práticas que respeitem e valorizem suas tradições e ambiente.

O reconhecimento da educação no campo vai além dos aspectos legais, envolvendo também os princípios da Educação Ambiental. Documentos orientadores como a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam a importância da integração da educação ambiental no contexto educacional, especialmente no meio rural.

Além disso, a Lei Nº9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e seu decreto regulamentador Nº4.281/2002 fornecem diretrizes para a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino (Brasil, 1999a; Brasil, 2002b). Nesse sentido, a educação no campo é fortalecida não apenas como um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, mas também como uma ferramenta para a promoção da conscientização e responsabilidade ambiental nas comunidades rurais.

A valorização da educação do campo encontra respaldo em documentos legais fundamentais, como a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN de 1996, que estabelecem a necessidade de garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, bem como o respeito à diversidade cultural.

No que diz respeito a esta modalidade educacional, as condições de permanência abrangem dois elementos essenciais, entre outros. O primeiro é a garantia de igualdade de condições para todos os discentes, conforme a Constituição, visando à permanência na escola. No caso dos estudantes da educação do campo, a concepção de escola e do ambiente de aprendizagem aplica-se de forma ampliada ao espaço rural (Santos, 2021a).

O segundo aspecto é a promoção da formação identitária e do sentimento de pertencimento desses sujeitos, que envolve a valorização cultural e do modo de vida desses atores (Santos, 2021a). Essa abordagem está em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o arcabouço educacional, que buscam adequar as políticas educacionais às demandas específicas das comunidades rurais.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 369-393, 2024.

No entanto, é importante avaliar a efetividade dessas medidas e sua adequação às necessidades locais. Diante desse cenário, surge a necessidade de compreender o impacto dos desafios enfrentados pelos educadores e alunos da Educação no Campo em Conceição do Araguaia, considerando a política adotada para a educação rural.

Segundo Santos, Lima e Castro (2021), os alunos matriculados em escolas rurais enfrentam uma série de desafios, incluindo questões estruturais, ambientais e geográficas, incluindo as questões relativas à distância, até a escola, o que muitas vezes resulta em fadiga durante as aulas. Essas adversidades têm o potencial de influenciar negativamente o rendimento da aprendizagem dos estudantes.

Autores contemporâneos, como Silva (2017) e Santos (2019b), ressaltam a importância de uma educação contextualizada e inclusiva, que valorize os saberes locais e promova a participação ativa das comunidades rurais no processo educacional. Essa perspectiva dialoga com os princípios da pedagogia da alternância, discutidos por Pereira (2021), que propõe uma abordagem pedagógica que intercala momentos de estudo na escola com atividades práticas no contexto rural, favorecendo a construção de conhecimentos significativos.

Nesse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: quais são as principais barreiras para a implementação efetiva de uma educação do campo de qualidade, que contemple as comunidades alvo da educação do campo (rios e florestas) em Conceição do Araguaia, e quais estratégias podem ser adotadas para superar esses obstáculos, promovendo uma integração mais eficaz da educação ambiental e respeito à diversidade cultural na prática pedagógica das escolas rurais?

Assim, este estudo objetiva analisar os desafios e perspectivas da educação no campo em Conceição do Araguaia, Pará, com o intuito de identificar as principais barreiras e oportunidades para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Para alcançar o objetivo principal elenca-se os objetivos específicos: identificar os principais desafios da Educação no Campo em Conceição do Araguaia – PA; avaliar a implementação e efetividade das políticas educacionais por meio de uma análise bibliográfica e documental e explorar as iniciativas e estratégias para a melhoria da educação do Campo.

Por meio de uma revisão bibliográfica e documental, busca-se contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas para o meio rural, para povos dos rios e das florestas, visando a promoção de uma educação mais inclusiva e de qualidade.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi a uma revisão bibliográfica e análise documental, centrada nos seguintes documentos: Constituição Federal (CF) de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação (PNE), Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), a Base Nacional Comum Curricular,

Plano Estadual de Educação do Pará (PEE) Plano Municipal de Educação (PME) de Conceição do Araguaia – PA e Projetos Políticos Pedagógicos das escolas rurais de Conceição do Araguaia, complementada por uma revisão bibliográfica de legislações e políticas educacionais pertinentes. A combinação destas fontes proporcionou uma visão detalhada dos desafios educacionais no contexto rural estudado.

A relevância deste estudo justifica-se pelo espaço de pesquisa e reflexão sobre os complexos desafios enfrentados pela educação no campo em Conceição do Araguaia, Pará. Considerando a importância de uma abordagem educacional que integre questões socioambientais e culturais específicas das comunidades rurais, o estudo busca elucidar como as políticas atuais e as práticas pedagógicas impactam a qualidade de ensino e a permanência dos alunos nas escolas rurais.

Além disso, ao explorar a adequação das medidas educacionais às realidades locais, o trabalho contribui significativamente para a formulação de estratégias mais eficazes que promovam de forma inclusiva, o respeito pela diversidade cultural e a conscientização ambiental. Tais informações são fundamentais para orientar futuras intervenções políticas e pedagógicas que possam efetivamente atender às necessidades educacionais das comunidades rurais, da floresta e ribeirinhas de Conceição do Araguaia.

Vale mencionar que o presente estudo está estruturado em cinco capítulos essenciais que delineiam a trajetória da pesquisa sobre a educação no campo em Conceição do Araguaia, Pará. O primeiro capítulo, "Introdução", estabelece o contexto e a importância do estudo, o problema de pesquisa e os objetivos do estudo, proporcionando um panorama geral da educação no campo e suas especificidades na região estudada.

O segundo capítulo, explora a literatura sobre educação no campo, compreendendo desde as origens e evolução desta modalidade educacional no Brasil até os fundamentos legais e curriculares que a sustentam, incluindo a discussão sobre a Pedagogia da Alternância e a interseção com educação ambiental. No terceiro capítulo, "Metodologia", detalha-se a abordagem adotada para a coleta e análise de dados, descrevendo as etapas da pesquisa documental e bibliográfica utilizadas para fundamentar o estudo.

Educação no Campo no Contexto Brasileiro: Origens, Avanços e Desafios

A educação no campo, também reconhecida como educação rural, abrange não apenas os públicos tradicionalmente associados às áreas rurais, como agricultores e pecuaristas, mas também inclui outros grupos populacionais como os povos dos rios, das florestas e os ribeirinhos. De acordo com Stefanello, Junges Junior e Vieira (2021) a Educação Rural é simbolizada por um "girassol", uma metáfora que reflete como os trabalhadores rurais, assim como a planta, se volta para o sol e se guiam pelos seus conhecimentos e culturas próprias. A Figura 1 a seguir ilustra o símbolo dessa área.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 369-393, 2024.



Figura 1 - Simbologia da Educação do Campo

Fonte: <https://revistas.ufrj.br/>.

Esses ensinamentos, herdados de geração em geração, são profundamente enraizados em saberes e conexões com o ambiente natural. Tais conhecimentos constituem uma sabedoria tradicional cuja valorização é essencial para garantir a qualidade da educação no meio rural.

Como mencionado por Scalabrin et al. (2023), a Educação do Campo vai além das fronteiras físicas do campo, abrangendo uma variedade de contextos culturais e geográficos. Isso implica em considerar não apenas os desafios enfrentados pelas comunidades agrícolas, mas também as particularidades dessas populações.

Scalabrin et al. (2023) destacam que a Educação do Campo não se limita apenas à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também visa promover a compreensão do papel do estudante no campo e capacitar os professores para entender e se adaptar à realidade diversificada do campo. Essa abordagem vai de encontro aos princípios da Educação Ambiental, conforme definidos pelos documentos orientadores do Ministério da Educação brasileiro, os quais enfatizam a inter-relação entre educação, ambiente e sociedade.

Outro conceito chave da Educação do Campo, diz respeito à Pedagogia da Alternância, onde de acordo com Bezerra (2017) a Pedagogia da Alternância foi criada para promover o crescimento individual e do contexto social em que o estudante está inserida. O objetivo é apoiar uma estrutura convencional de comunidades agrícolas, contribuindo para o progresso sustentável da região por meio de instituições educacionais específicas, administradas e parcialmente financiadas pelos membros das famílias que participam do projeto. Essas instituições são conhecidas como Centros Familiares de Formação por Alternância, ou CEFFAS (Bezerra, 2017).

Além disso, a Pedagogia da Alternância e as Casas Familiares Rurais (CFRs) representam uma abordagem inovadora e fundamental para a educação e o desenvolvimento do meio rural. Ao possibilitar que os jovens camponeses alternem entre períodos de aprendizado teórico em salas de aula e a aplicação prática desse conhecimento em suas comunidades e terras, esta metodologia não apenas promove a educação básica e profissional adaptada às necessidades específicas do campo, mas também reforça a conexão dos estudantes com seu ambiente e cultura (Bezerra, 2017).

Essa abordagem pedagógica não só promove o desenvolvimento sustentável local através do fortalecimento do sistema tradicional camponês, mas também valoriza os saberes e práticas locais, contribuindo para uma formação integral dos jovens que inclui aspectos técnicos, humanísticos e sociais.

Além disso, o papel histórico dos camponeses na criação e desenvolvimento dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) destaca a importância da participação comunitária e familiar no processo educacional. Desde sua origem na França até a fundação de instituições semelhantes em diferentes regiões, incluindo a Casa Familiar Rural (CFR) de Conceição do Araguaia, essas escolas surgem como respostas às necessidades e desafios específicos das comunidades rurais (Bezerra, 2017).

Por meio dessa iniciativa, as famílias rurais não apenas mantêm seus filhos próximos ao seu contexto de vida, mas também garantem que a educação recebida seja relevante e aplicável aos desafios cotidianos e ao desenvolvimento agrícola local. Este modelo educacional, portanto, não apenas prepara os jovens para a vida no campo com uma visão crítica e inovadora, mas também contribui para a valorização e revitalização do meio rural.

Portanto, ao considerarmos a complexidade do público-alvo da educação do campo, é fundamental adotar uma abordagem educacional que valorize não apenas os aspectos acadêmicos, mas também a diversidade cultural, os modos de vida tradicionais e a sustentabilidade ambiental. A Educação do Campo, quando concebida de forma ampla e inclusiva, pode cumprir um papel significativo na promoção do desenvolvimento rural sustentável, dos povos dos rios e das florestas e na valorização das identidades locais.

A origem da educação no campo remonta aos primórdios da educação formal no Brasil. Segundo Carvalho (2018), a presença de escolas rurais é registrada desde o período colonial, quando a instrução era destinada principalmente aos filhos de grandes proprietários de terras. No entanto, foi somente a partir do século XX que os primeiros esforços sistematizados para promover a educação rural começaram a surgir. Além disso,

(...) Na atualidade, a terminologia educação rural está sendo substituída pela educação do campo, no entendimento que as lutas camponesas constroem um outro projeto de educação, inserido em um projeto sociopolítico mais abrangente que afirma que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. (Molina e Jesus, 2004 apud Fonseca e Mourão, 2008. p. 31).

Com o passar dos anos, diversos avanços foram alcançados no campo da educação no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 representaram marcos importantes na consolidação do direito à educação no país, incluindo o reconhecimento da educação no campo como modalidade específica de ensino. Além disso, programas governamentais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), têm buscado ampliar o acesso à educação e promover a formação de professores para atuarem em áreas rurais.

O PRONERA destaca-se como uma iniciativa governamental essencial na promoção da educação no campo, especialmente em áreas de reforma agrária. Criado para responder às necessidades educacionais específicas de comunidades rurais envolvidas em processos de reforma agrária, o PRONERA não só facilita o acesso à educação básica e superior para jovens e adultos, mas também oferece formação técnica e profissionalizante alinhada às particularidades do desenvolvimento rural sustentável.

É importante mencionar que o PRONERA, e a LDB incorporam a pedagogia da alternância, que é fundamental para conectar o aprendizado teórico com as práticas agrícolas locais, permitindo que os estudantes apliquem o conhecimento adquirido diretamente em suas comunidades. Isso não apenas fortalece a relação dos estudantes com suas origens rurais, mas também fomenta um desenvolvimento mais integrado e sustentável.

Além disso, o programa tem sido elogiado por sua abordagem que considera as dimensões culturais e sociais das comunidades agrárias, contribuindo significativamente para a construção de uma identidade rural coesa e para o fortalecimento dos direitos dessas comunidades no contexto brasileiro. Assim, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária não apenas educa, mas também empodera, oferecendo ferramentas para que os agricultores reformados possam melhorar suas condições de vida e participar ativamente das decisões que afetam seu ambiente e sua comunidade.

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos na oferta de uma educação de qualidade no campo. De acordo com Santos e Lima (2020), as escolas rurais enfrentam problemas estruturais, como a falta de infraestrutura adequada, transporte escolar precário e dificuldades no acesso a recursos didáticos. Além disso, questões socioeconômicas, como a pobreza e

a migração rural-urbana, impactam negativamente o desempenho escolar dos estudantes. Outro aspecto importante de mencionar, é o envolvimento do educador rural dentro do contexto da educação no campo, onde

O educador do campo tem que ser alguém engajado no movimento, caso contrário, a Educação não atingirá seus objetivos com relação ao educando. [...] e ainda entendido que ser educador é ser fiel à causa do povo. Partindo do princípio que a Educação é do Campo, também o educador deve ser do campo e as dependências das escolas, necessariamente, precisam encontrar-se no campo e não na cidade (Bezerra Neto, apud Ghedin, 1999, p. 19).

Uma preocupação crescente para as famílias que residem em áreas rurais é a concentração das escolas do campo em vilas e centros urbanos, um fenômeno conhecido como nucleação escolar. O fechamento das escolas nas comunidades rurais tem gerado consideráveis transtornos para essas famílias. Nos últimos anos, na Região Sul do Pará, tem sido observado o aumento da nucleação das escolas do campo, resultando no deslocamento diário dos alunos das escolas próximas aos centros urbanos para as escolas na cidade (Bezerra, 2017).

No entanto, é importante ressaltar que ao longo dos últimos anos têm ocorrido avanços significativos no campo da educação no Brasil. Programas e políticas específicas têm sido implementados visando à melhoria das condições educacionais no meio rural, incluindo a criação de escolas de tempo integral, o fortalecimento da formação de professores e a valorização da cultura e dos saberes locais.

Fundamentos legais e curriculares da Educação no Campo: uma análise documental

O marco inicial para a educação no meio rural ocorreu com a promulgação da Lei 9394/96, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu as diretrizes e bases para a educação no campo em todo o país. De acordo com essa legislação, durante o percurso da educação básica destinada à população rural, os sistemas de ensino têm a responsabilidade de realizar ajustes necessários para atender às particularidades de cada região. Isso envolve a seleção de conteúdos e métodos de ensino que estejam em sintonia com as realidades dos alunos, assim como a adaptação do calendário escolar de acordo com as condições climáticas e as demandas da atividade agrícola (Brasil, 1996d).

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação no campo ganha um reforço significativo com a integração da educação ambiental, conforme estabelecido pela Lei Nº 9.795/1999. Esta lei institui a Política

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 369-393, 2024.

Nacional de Educação Ambiental, enfatizando a necessidade de uma consciência ambiental nas práticas educativas, algo essencial para as comunidades rurais que estão em contato direto com o meio ambiente (Brasil, 1999a).

Além disso, a LDBEN em seu art.23, menciona que a

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Brasil, 1996, p. 17).

A educação ambiental propõe não apenas a compreensão dos problemas ambientais, mas também a atuação ativa na preservação do meio ambiente, desenvolvendo habilidades que permitam a participação efetiva dos cidadãos na gestão ambiental (Brasil, 1999a).

O Decreto Nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei Nº 9.795/1999, reforça a importância da implementação de práticas educativas que promovam a conscientização sobre a relação entre homem e meio ambiente. Esse regulamento destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e participativa na educação ambiental, incentivando a reflexão crítica sobre as questões ambientais e a busca por soluções sustentáveis (Brasil, 2002b).

Tal abordagem é fundamental para a educação do campo, visto que prepara os alunos para enfrentar os desafios ambientais específicos de suas comunidades, integrando saberes locais e conhecimentos científicos na gestão de recursos naturais (Brasil, 2002b). Além disso, fortalece a capacidade dos estudantes de contribuir para a sustentabilidade e resiliência de suas áreas rurais, promovendo uma conscientização crítica sobre as interações entre o homem e o ambiente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Meio Ambiente Saúde (Brasil, 1997c) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2022d) também contribuem significativamente para a estruturação da educação ambiental nas escolas do campo. Esses documentos orientadores enfatizam a importância de abordagens educativas que promovam o desenvolvimento sustentável e a saúde ambiental, alinhando-se às necessidades e realidades das comunidades rurais.

Por meio de práticas pedagógicas que valorizam o conhecimento empírico e a relação dos estudantes com o meio ambiente, busca-se formar cidadãos capazes de compreender, respeitar e agir conscientemente em relação à natureza (Brasil, 1997c; MEC, 2022). Essas práticas são projetadas para desenvolver habilidades críticas e analíticas, permitindo que os alunos apliquem seu aprendizado na solução de problemas ambientais locais.

Além disso, é importante mencionar a importância da integração dos pressupostos da educação ambiental no contexto da educação do campo. Segundo a Lei Nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a abordagem ambiental deve ser transversal em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1999a).

Isso implica em promover uma consciência crítica sobre as questões ambientais, relacionando-as com a realidade local, as atividades agrícolas e pesqueiras desenvolvidas nas comunidades rurais, nas florestas, nos rios e pelos ribeirinhos (Brasil, 1999a). Ou seja, tal educação busca engajar os estudantes na identificação e no manejo sustentável dos recursos naturais, mencionando a importância de práticas que respeitem os ciclos ecológicos e a biodiversidade local.

Nesse sentido, os PCNs, especialmente no documento sobre Meio Ambiente e Saúde, ressaltam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada da educação ambiental no ensino rural. Os PCNs enfatizam a importância de integrar conhecimentos sobre o meio ambiente, saúde e qualidade de vida nas práticas educativas, promovendo uma educação ambiental crítica e transformadora que contribua para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (Brasil, 1997c).

Assim, ao desenvolver práticas educativas no contexto da educação do campo, é essencial considerar não apenas as diretrizes legais, como a LDB, mas também os documentos orientadores da educação ambiental, como a Lei Nº 9.795/1999, o Decreto Nº 4.281/2002, os PCNs e a BNCC. Integrar os pressupostos da educação ambiental nas políticas e práticas educativas contribui para uma formação mais ampla, crítica e contextualizada dos estudantes rurais, preparando-os para enfrentar os desafios socioambientais do século XXI.

Além disso, de acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96), a educação no campo deve ser pautada pela garantia de acesso, permanência e qualidade do ensino, respeitando as peculiaridades e diversidades presentes nesse ambiente. Ela reforça a importância de um currículo que valorize a cultura local, as práticas agrícolas, a atividade pesqueira e demais atividades que são realizadas por esses povos, além de promover a formação integral dos estudantes (Brasil, 1996d).

Vale mencionar que em 2011, foi instituído o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), criado por meio do Decreto nº 7.352, de 04/11/2010, e regulamentado pela Portaria nº 86, de 01/02/2013, com alterações feitas posteriormente pela Portaria nº 238, de 23 de abril de 2021. O programa visa promover o acesso, a permanência e a qualidade da educação no campo, adaptando as metodologias de ensino às realidades locais e às necessidades específicas das comunidades rurais.

Esse programa tem como objetivo principal promover a formação inicial e continuada dos educadores que atuam nas áreas rurais, além de garantir a

distribuição de materiais didáticos adaptados à realidade das comunidades do campo e a recuperação da infraestrutura das escolas por meio de recursos financeiros disponibilizados, abrangendo todas as etapas da educação básica (Brasil, 2018e).

Além disso, o PRONACAMPO também busca promover a inclusão digital, oferecendo apoio financeiro para que as escolas rurais tenham acesso à internet e computadores, visando assim ampliar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para os estudantes, e fazer com que os educadores também tenham acesso às tecnologias digitais (BRASIL, 2018e).

O artigo: O currículo da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC): a Educação do Campo na agenda do IFPA, de Scalabrin, Sobrinho e Freitas (2023), traz uma análise profunda sobre a incorporação da Educação do Campo nas práticas e currículo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). A pesquisa destaca a evolução e os desafios da implementação de um currículo que sejam ao mesmo tempo ético-crítico e ajustados às realidades específicas das comunidades rurais.

Este processo visa não apenas uma transformação na educação rural, mas também uma mudança estrutural nas práticas pedagógicas que fortalecem o sistema tradicional dos camponeses e favorecem o desenvolvimento local sustentável. Ao integrar saberes locais e acadêmicos, cria-se um ambiente de aprendizado que valoriza a cultura rural e incentiva a autonomia dos estudantes na construção de seu conhecimento.

Além disso, Scalabrin, Sobrinho e Freitas (2023), ressalta a importância de abordagens pedagógicas que integram os princípios da educação ambiental à Educação do Campo, envolve a formação de indivíduos conscientes de seu papel enquanto agentes transformadores de suas realidades e do ambiente ao seu redor. O IFPA, por meio de seus programas e iniciativas como a Ledoc, mostra-se como um espaço vital para o desenvolvimento de práticas educacionais que valorizem o conhecimento local, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

A análise sugere que, para alcançar uma educação realmente transformadora, é essencial considerar as interconexões entre a educação ambiental e a Educação do Campo, promovendo uma formação que prepare os estudantes, não apenas para compreender a complexidade dos desafios socioambientais contemporâneos, mas também para atuar de maneira crítica e eficaz em busca de soluções sustentáveis e justas para as comunidades rurais (Scalabrin; Sobrinho; Freitas, 2023).

Ao considerar o Plano Estadual de Educação do Pará, é imprescindível destacar o enfoque dado à necessidade de superar os desafios impostos pelas desigualdades sociais e econômicas através da educação. O plano reconhece a diversidade sociocultural e ambiental do estado e, ao mesmo tempo, identifica a educação como um pilar essencial para o desenvolvimento social sustentável (Pará, 2015).

Ele propõe uma série de estratégias voltadas para a ampliação do acesso à educação de qualidade, especialmente para as populações em condições vulneráveis, incluindo aquelas nas áreas rurais. Essa visão abrangente enfatiza a importância de se criar políticas educacionais que não apenas atendam às necessidades imediatas, mas que também estejam alinhadas com a promoção do desenvolvimento econômico e social, respeitando as especificidades culturais e ambientais do Pará (Pará, 2015).

Ao analisar as estratégias do Plano Municipal de Educação de Conceição do Araguaia, Pará, em busca de identificar o que é proposto para a educação no campo, várias medidas são destacadas. Essas estratégias refletem uma preocupação em atender às necessidades específicas das comunidades rurais, reconhecendo os desafios enfrentados pelos educadores e alunos nessas áreas. Por exemplo, a Estratégia 2.5 visa desenvolver tecnologias pedagógicas que levem em consideração as escolas do campo, integrando o tempo e as atividades educativas comunitárias (PME/Conceição do Araguaia, 2015).

A Estratégia 2.6 propõe uma organização flexível do trabalho pedagógico, adaptando o calendário escolar às realidades locais e culturais. Além disso, a Estratégia 2.9 busca ampliar a oferta do ensino fundamental, especialmente para as populações do campo em suas próprias comunidades (PME/Conceição do Araguaia, 2015).

Outras estratégias, como a 2.18, abordam a questão do transporte escolar adequado para reduzir o tempo de deslocamento dos alunos e, conseqüentemente, a evasão escolar. Destaca-se também a preocupação com a formação e acompanhamento dos professores, como evidenciado na Estratégia 7.22, que menciona a necessidade de programas de formação continuada para o atendimento educacional especializado nas escolas rurais. Essas estratégias refletem um esforço para promover uma educação mais inclusiva e de qualidade nas áreas rurais, contribuindo para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas para o meio rural em Conceição do Araguaia (PME/Conceição do Araguaia, 2015).

A comparação entre os planos estadual e municipal de educação, especialmente em relação à educação do campo, revela um alinhamento entre os dois níveis de governança com vistas à promoção de uma educação inclusiva, contextualizada e de qualidade para as populações rurais. O Plano Estadual de Educação do Pará destaca a necessidade de superar as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento social por meio da educação, enfatizando estratégias para aumentar a escolaridade média da população rural e garantir o acesso e a qualidade da educação nas áreas mais remotas e desfavorecidas do estado (Pará, 2015).

Por sua vez, o Plano Municipal de Educação de Conceição do Araguaia parece estar alinhado com os preceitos e metas estabelecidos pelo plano estadual, apresentando estratégias específicas para enfrentar os desafios da educação no campo. Medidas como o desenvolvimento de tecnologias

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 369-393, 2024.

pedagógicas voltadas para as escolas rurais, a adaptação do calendário escolar às realidades locais e culturais, e a ampliação da oferta do ensino fundamental nas comunidades rurais refletem um compromisso com a adequação da educação, buscando atender às necessidades específicas dessas populações (PME/Conceição do Araguaia, 2015).

Este alinhamento entre os planos municipal e estadual é fundamental, pois, de acordo com a legislação brasileira, embora os municípios tenham autonomia para desenvolver suas próprias políticas educacionais, estas devem estar em consonância com os planos estaduais e nacionais de educação. Isso garante uma base comum de objetivos e metas, ao mesmo tempo que permite a adaptação às realidades locais.

No caso da educação do campo em Conceição do Araguaia, observa-se que as estratégias municipais não apenas estão em acordo, mas também complementam e reforçam os objetivos do plano estadual, contribuindo para um esforço conjunto de superação das barreiras educacionais enfrentadas por alunos de áreas rurais.

Desta forma, a integração entre os planos estadual e municipal de educação é essencial para a efetivação de uma política educacional que reconheça e valorize as particularidades das populações do campo, promovendo a equidade educacional e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades. Assim, pode-se afirmar que o município de Conceição do Araguaia demonstra um comprometimento em obedecer e dialogar com as diretrizes estaduais, visando à promoção de uma educação do campo que seja verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Além disso, as diretrizes nacionais da Educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também são analisadas à luz da educação no campo. A BNCC reconhece a importância de uma educação contextualizada e que leve em consideração as especificidades regionais, incluindo a realidade dos estudantes rurais, ribeirinhos e povos das florestas em seu processo de elaboração curricular (Brasil, 2022e).

Ao ponderar sobre as informações obtidas a partir dessa análise documental, propõe-se uma reflexão sobre como esses dispositivos legais e curriculares podem ser efetivamente implementados nas práticas educativas no campo. Destaca-se a necessidade de uma abordagem pedagógica sensível às demandas e potencialidades das comunidades rurais, ribeirinhos e povos das florestas promovendo uma educação inclusiva, crítica e transformadora.

Nesse contexto, é fundamental considerar não apenas as diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais, mas também a realidade vivenciada pelas escolas e comunidades rurais, buscando uma integração entre políticas públicas, práticas pedagógicas e saberes locais.

O município de Conceição do Araguaia conta com sete escolas situadas em sua região rural, além de uma escola anexo. Para entender de forma mais

aprofundada as metodologias e estratégias pedagógicas adotadas, foi feita uma análise criteriosa dos PPPs dessas instituições educacionais.

A educação do campo deve abranger todas as facetas da vida rural, incluindo as peculiaridades das comunidades ribeirinhas e florestais, para garantir que a oferta educacional seja verdadeiramente inclusiva e relevante para todas as populações rurais. Essa abordagem inclusiva requer um entendimento profundo das peculiaridades das comunidades ribeirinhas e florestais, reconhecendo suas culturas, modos de vida e desafios específicos. Somente assim podemos garantir que a oferta educacional seja verdadeiramente inclusiva e relevante para todas as populações rurais.

A educação do campo, enquanto empreendimento educacional, deve transcender a mera transmissão de conteúdos, abraçando todas as dimensões da vida rural. É fundamental que os currículos e práticas pedagógicas considerem as experiências e saberes locais, valorizando a diversidade cultural e promovendo uma educação contextualizada e significativa.

Além disso, a integração de temas ambientais e sustentáveis é fundamental para preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo e para fomentar uma relação harmoniosa com o meio ambiente. Dessa forma, a educação do campo se consolida não apenas como um instrumento de formação acadêmica, mas também como uma ferramenta de fortalecimento das identidades locais e de promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas rurais.

A revisão documental e bibliográfica realizada não esclareceu especificamente se as estratégias pedagógicas em Conceição do Araguaia atendem às necessidades da população ribeirinha ou das comunidades que residem nas florestas. Esta lacuna aponta para uma importante área de investigação, sugerindo a necessidade de uma análise crítica mais aprofundada sobre como o currículo e as práticas educativas se alinham com as realidades e os desafios enfrentados por esses grupos.

Esta análise objetivou elucidar as abordagens específicas delineadas nos documentos que orientam o funcionamento e os princípios norteadores desses estabelecimentos de ensino para a Educação do Campo. Assim, a análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos das sete escolas rurais e de um anexo revelaram um cenário educacional desafiador uma vez que esses documentos não esclareceram se as estratégias pedagógicas atendem às necessidades da população ribeirinha ou das comunidades que residem nas florestas.

Essas escolas possuem comodidades modernas, como laboratórios de informática e ar-condicionado, indicando reformas recentes que melhoram o ambiente de aprendizagem conforme mencionam os PPP's. Contudo, esses documentos não fornecem orientações ou sugestões sobre a adoção de horários que se alinhem com a pedagogia da alternância.

Além disso foi possível observar por meio da análise documental que existe um programa chamado “Bora Aprender” que se destaca como uma iniciativa pós-pandemia destinada a enfrentar os desafios educacionais intensificados pela pandemia. Este programa inclui aulas particulares fora do horário comercial e reconhece alunos e turmas de alto desempenho com eventos culturais e passeios recreativos, promovendo uma cultura de excelência e recompensa.

Embora as escolas rurais tenham realizados projetos, como projetos de horticultura escolar, para reforçar a ligação entre a educação e a vida agrícola local, é preciso questionar se tais iniciativas realmente atendem às necessidades específicas do corpo estudantil rural. Essas práticas, embora valiosas, são comuns até mesmo em escolas urbanas e podem não ser suficientes para abordar as defasagens de aprendizado intensificadas pela pandemia.

Além disso, a implementação de um horário único, uma mudança operacional significativa, sugere uma falta de alinhamento com a pedagogia da alternância, que valoriza a flexibilidade e a integração das atividades escolares com os ritmos da vida rural. Esta abordagem de horário único pode, na verdade, contrariar o objetivo de adaptar a educação às realidades específicas dos estudantes do campo, levantando dúvidas sobre a eficácia dessas estratégias em promover um envolvimento genuíno e um sucesso educacional sustentável para essa população.

Complementarmente, é imperativo questionar se as estratégias propostas realmente atendem às necessidades específicas do corpo estudantil rural. Enquanto uma das iniciativas visa equacionar as defasagens de aprendizagem decorrentes da pandemia para todos os alunos da rede, a outra, voltada para projetos de horticultura, parece não se diferenciar muito das práticas já adotadas em escolas não rurais.

Portanto, surge a questão: tais medidas estão verdadeiramente adaptadas à realidade rural ou representam simples transposições de modelos urbanos? O exemplo do horário único ilustra essa preocupação, já que sua adoção suscita dúvidas quanto à sua consonância com os princípios da pedagogia da alternância. Em vez de proporcionar flexibilidade e integração com os ritmos da vida rural, essa mudança operacional pode acabar impondo um modelo estruturado que não se coaduna com as necessidades e particularidades das comunidades rurais.

Portanto, uma análise crítica mais aprofundada se faz necessária para determinar se tais abordagens são, de fato, eficazes e apropriadas para promover uma educação de qualidade e inclusiva no contexto rural atendendo o público alvo da educação rural. Vale mencionar ainda que a invasão do cultivo da soja está a exercer pressão econômica sobre as famílias rurais, levando à venda de terras e à migração para áreas urbanas, o que resulta na redução da população estudantil e em mudanças operacionais nas escolas, tais como horários de turno único.

Este fenômeno, aliado à evasão escolar devido à migração ou ao emprego nas lavouras de soja, ressalta a necessidade de parcerias estratégicas entre as escolas, a Secretaria de Educação e Cultura (SEMEC) e outras entidades responsáveis para elaborar estratégias que incentivem as famílias a sustentarem suas famílias rurais. meios de subsistência.

A aquisição de novos ônibus pela SEMEC para melhorar o transporte estudantil e a colaboração com a Secretaria Municipal de Obras para melhorias rodoviárias em zonas rurais são passos importantes para superar os desafios infra estruturais. Além disso, embora falte formação específica em Educação Ambiental, as parcerias com o IFPA Conceição do Araguaia e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) para palestras ambientais sugerem uma conscientização crescente e uma postura proativa na integração da consciência ambiental no âmbito da educação rural.

A Tabela 1 proporciona uma visão integrada, destacando os esforços coordenados e as estratégias adotadas em diferentes níveis governamentais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da educação no campo.

Tabela 1: Análise Comparativa das Políticas e Diretrizes para a Educação no Campo: Uma Visão Integrada desde o Âmbito Nacional ao Local em Conceição do Araguaia, Pará

Eixo Nacional	
Documento	Dados levantadas
1.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	A LDB, de 1996, institui a educação no campo como modalidade específica de ensino, com ajustes nos conteúdos, métodos de ensino e no calendário escolar que considerem as particularidades de cada região rural, visando a melhoria da qualidade da educação oferecida às comunidades rurais, e no seu art.23 menciona a adoção de alternância regular de períodos de estudos.
2.PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA - são organizados em regime de alternância, em conformidade com LDB. o PRONERA incorpora a pedagogia da alternância, que é essencial para conectar o aprendizado teórico com as práticas agrícolas locais, permitindo que os estudantes apliquem o conhecimento adquirido diretamente em suas comunidades.
3.Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	Destacam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada da educação ambiental, enfatizando a importância de integrar conhecimentos sobre o meio ambiente, saúde e qualidade de vida nas práticas educativas, especialmente relevantes no ensino rural. O documento não menciona a Pedagogia da Alternância diretamente, no entanto, menciona alternância regular de períodos de estudos.
4.Plano Nacional de Educação (PNE)	Estabelece diretrizes para adequar as políticas educacionais às demandas específicas das comunidades rurais, promovendo o acesso, a permanência e a qualidade da educação no campo, respeitando a diversidade cultural e valorizando a formação identitária e o sentimento de pertencimento dos sujeitos do campo. Vale ressaltar que esse documento não faz menção a Pedagogia da Alternância.

Continua...

...continuação.

Eixo Nacional	
Documento	Dados levantadas
5.Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)	O PRONACAMPO visa promover a formação inicial e continuada dos educadores rurais, garantir a distribuição de materiais didáticos adaptados à realidade do campo, recuperar a infraestrutura escolar e promover a inclusão digital nas escolas rurais, abordando todas as etapas da educação básica. Além disso, sugere a alternância.
6.Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Reconhece a importância de uma educação contextualizada e adaptada às especificidades regionais, incluindo a realidade dos estudantes rurais, dos ribeirinhos e povos das florestas, promovendo uma abordagem educacional que valoriza a cultura local e os saberes tradicionais.
Eixo Estadual	
Documento	Dados levantadas
1.Plano Estadual de Educação (PEE)	Enfatiza a necessidade de superar desigualdades sociais e econômicas por meio da educação, reconhecendo a diversidade sociocultural e ambiental do estado. Propõe estratégias para ampliar o acesso à educação de qualidade nas áreas rurais, promovendo o desenvolvimento social sustentável e respeitando as especificidades culturais e ambientais do Pará. Além disso, a estratégia 7.53, ressalta sobre estimular a implementação do método da pedagogia da alternância, no que se refere à educação do campo.
Eixo Local	
Plano Municipal de Educação (PME)	O PME de Conceição do Araguaia destaca a importância de atender às necessidades específicas das comunidades rurais, com estratégias para desenvolver tecnologias pedagógicas voltadas para as escolas do campo, adaptação do calendário escolar às realidades locais, ampliação da oferta do ensino fundamental nas comunidades rurais, além de promover a formação continuada de professores para atender as escolas rurais. No entanto, a análise documental evidenciou que o plano não menciona sobre a pedagogia da alternância ou alternância de períodos.
Projeto Políticos Pedagógicos (PPP)	A análise documental desses documentos não esclareceu especificamente se as estratégias pedagógicas em Conceição do Araguaia atendem às necessidades da população ribeirinha ou das comunidades que residem nas florestas. Além disso, não há indicação de que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) abordem a pedagogia da alternância.

Fonte: Elaborado pelo autor 2024.

A análise documental revela uma presença inconsistente da pedagogia da alternância nos documentos de política educacional analisados, apesar de sua importância fundamental para a educação do campo. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o Plano Estadual de Educação reconheçam e incorporem esta metodologia, especificando a necessidade de um regime de alternância que vincula a teoria à prática agrícola local, a maioria dos outros documentos,

incluindo aqueles no nível municipal, falham em abordar explicitamente a pedagogia da alternância.

Esta omissão é preocupante, pois indica uma lacuna na integração dessa abordagem pedagógica fundamental com as políticas educacionais mais amplas que regem a educação no campo. A falta de menção específica no Planos de Municipal e nos Projetos Políticos Pedagógicos pode refletir uma desconexão entre as diretrizes nacionais que apoiam a alternância e sua aplicação prática no nível local, o que pode impedir que a educação no campo seja verdadeiramente adaptativa e relevante para as comunidades rurais, ribeirinhas e dos povos da floresta.

Portanto, há uma necessidade de análise de readequação e ajuste das políticas educacionais para assegurar que a pedagogia da alternância seja mais claramente integrada e implementada em todos os níveis. Isto garantiria que as práticas educacionais estejam alinhadas com as dinâmicas locais e os desafios contemporâneos dessas comunidades, promovendo uma educação que não só respeite, mas também valorize e fortaleça suas identidades culturais e ambientais. Esta integração ajudaria a criar um sistema educacional mais inclusivo e eficaz, capaz de atender às necessidades específicas dos estudantes do campo em Conceição do Araguaia.

O compromisso do educador rural: desafios e transformações

Nas escolas rurais, a função do educador vai além de transmitir conhecimento; ele é um agente de transformação, um elo essencial entre a comunidade e a educação. Enfrentando diversos desafios, onde sua maior luta é contra a evasão escolar, buscando garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Segundo Casas e Lima (2012), na educação no campo, o professor exerce uma função essencial no processo de aprendizagem, considerando as dificuldades enfrentadas pelos alunos e a necessidade de conciliar estudo com as responsabilidades na área rural.

Nesse cenário, o trabalho do professor torna-se fundamental, pois é ele quem tem a função de articulador do processo ensino e aprendizagem, e de ajustar o processo de ensino às particularidades do contexto rural (Freire, 1987). É fundamental que o educador promova uma aprendizagem contextualizada e significativa, conectando o conteúdo às experiências prévias e vivências dos alunos.

Associando-se à abordagem de Ausubel sobre a teoria da aprendizagem significativa, entende-se que a aprendizagem é facilitada quando os novos materiais são relacionados com conceitos relevantes que o aluno já possui em sua estrutura cognitiva (AUSUBEL, 1982). Essa abordagem destaca a importância de integrar novos conhecimentos aos esquemas mentais existentes dos alunos, tornando a aprendizagem mais eficaz e significativa, integrando o conteúdo às vivências dos alunos.

No entanto, a ausência de preparo dos educadores para lidar com as demandas específicas das escolas rurais e a infraestrutura precária das instituições são desafios que precisam ser superados. Segundo Suelen e Brunelli (2020), o professor tem um papel central na busca por melhorias, mobilizando a comunidade escolar e cobrando ações do poder público para garantir uma educação de qualidade para todos.

Do ponto de vista metodológico, Saviani (2016) fomenta que a prática social é o cerne da prática educativa, com professor e aluno desempenhando papéis distintos, mas complementares. Ambos devem estar preparados para enfrentar os desafios impostos por uma sociedade desigual e excludente.

A realidade da escola rural exige do professor uma constante reflexão sobre sua prática pedagógica. Como menciona Almeida (2020), essa reflexão muitas vezes leva a mudanças e adaptações na forma de atuar, requerendo formação continuada e uma interação constante com a realidade local.

Resultados e discussão

O estudo em questão adotou como instrumento principal para a coleta de dados a análise de documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Conceição do Araguaia. A análise dos resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e documental sobre a educação no campo em Conceição do Araguaia, Pará, revela uma série de desafios e perspectivas que impactam diretamente a qualidade do ensino oferecido nessas áreas rurais e grupos populacionais como os povos dos rios, das florestas e os ribeirinhos.

A ausência de uma clara menção sobre a aplicação ou não da Pedagogia da Alternância no PME de Conceição do Araguaia revela uma lacuna significativa na análise realizada. Essa pedagogia, sendo um conceito central na educação do campo, visa equilibrar os períodos de aprendizado prático na comunidade com os estudos teóricos na escola, promovendo uma formação integral do aluno.

A omissão desta discussão nos documentos municipais analisados levanta questões críticas sobre como as políticas educacionais estão sendo efetivamente traduzidas em práticas pedagógicas no município. Vale ressaltar que, conforme informações disponíveis, a Pedagogia da Alternância não está mais sendo aplicada em Conceição do Araguaia, o que demanda uma reflexão crítica sobre as razões dessa descontinuidade e suas implicações para a educação do campo na região. É imperativo que os resultados e discussões futuros abordem diretamente essa questão, avaliando as consequências da ausência dessa pedagogia nas experiências educacionais dos alunos rurais.

Em relação aos resultados da pesquisa, foram identificados diversos problemas estruturais enfrentados pelas escolas rurais, tais como a falta de infraestrutura adequada, alimentação precária, não resolver a situação de transporte escolar e as dificuldades de acesso a recursos didáticos. Essas

questões, corroboradas por autores como Santos e Lima (2020), contribuem para o comprometimento do processo de ensino-aprendizagem e afetam diretamente o desempenho dos estudantes.

Ademais, a nucleação escolar, que é um processo por quais escolas menores, geralmente localizadas em comunidades rurais dispersas, são fechadas ou consolidadas em instituições de maior porte situadas em áreas mais centralizadas, como vilas ou cidades, um fenômeno observado especialmente na Região Sul do Pará, tem sido motivo de preocupação para as famílias que residem em áreas rurais e grupos populacionais como os povos dos rios, das florestas e os ribeirinhos.

No que diz respeito ao compromisso do educador rural, observa-se que este desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação contextualizada e inclusiva. A teoria da aprendizagem significativa, proposta por Ausubel (1982), enfatiza a relevância de incorporar novas informações às estruturas cognitivas preexistentes dos estudantes, melhorando a eficácia e o valor da experiência educacional. Nesse sentido, é fundamental que o educador promova uma aprendizagem contextualizada, conectando o conteúdo às experiências prévias e vivências dos alunos (Freire, 1987; Santos, 2019b).

A análise e discussão dos resultados também destacam a importância dos fundamentos legais e curriculares da educação no campo. A LDBEN de 1996 estabelece diretrizes para a educação no campo, garantindo acesso, permanência, êxito e qualidade do ensino. Além disso, programas como o PRONACAMPO têm buscado ampliar o acesso à educação e promover a formação de professores para atuarem nessas áreas rurais (Brasil, 2018e).

O Plano Municipal de Educação de Conceição do Araguaia, Pará, inclui estratégias desenhadas para atender às necessidades das comunidades rurais. No entanto, ele não aborda especificamente as populações ribeirinhas e os povos da floresta nem menciona a pedagogia da alternância. Isso indica a necessidade de desenvolver e discutir novas estratégias que incluam esses grupos, contribuindo assim para o aprimoramento das políticas educacionais externas para áreas rurais e florestais. (PME/Conceição do Araguaia, 2015).

Uma análise crítica dos PPPs das escolas rurais em Conceição do Araguaia, Pará, revela uma desconexão preocupante entre as políticas declaradas e as realidades das comunidades mais isoladas. Embora a Secretaria Municipal de Educação afirme que os PPPs estão alinhados às necessidades específicas das comunidades escolares, a omissão de estratégias para as populações ribeirinhas e os povos da floresta, assim como a falta de menção à pedagogia da alternância, levanta questões sobre a efetividade e a inclusão dessas políticas educacionais. Esse desalinhamento sugere uma revisão urgente dos PPPs para garantir que todos os segmentos da população rural sejam realmente contemplados nas estratégias educacionais.

No entanto, a prática observada nos documentos analisados confronta-se com o Plano Municipal de Educação. A realidade do avanço da monocultura de soja implica um deslocamento populacional, afetando diretamente a dinâmica escolar e a permanência dos alunos no campo. As consequências desse fenômeno são evidentes na redução do número de alunos e no ajuste dos horários escolares para um único turno em algumas escolas, comprometendo a oferta educativa. Além disso, a evasão escolar, exacerbada pelas vendas de terras e pelo trabalho precoce nas lavouras, coloca em risco a eficácia das políticas educacionais. Embora iniciativas como o programa “Bora Aprender” apontem para uma resposta positiva no engajamento estudantil pós-pandemia, os desafios estruturais permanecem como barreiras significativas.

Neste estudo, a análise dos planos de educação e outros documentos relevantes revelou várias iniciativas estratégicas voltadas para a melhoria da educação no campo. Uma das estratégias destacadas é o fortalecimento da formação continuada de professores que atuam em áreas rurais, essencial para garantir que a educação entregue seja não apenas relevante, mas também de alta qualidade.

Além disso, os documentos analisados enfatizam a importância da infraestrutura escolar adaptada às condições rurais, incluindo a utilização de tecnologias que auxiliam na superação das barreiras físicas e de comunicação. Essas estratégias são fundamentais para atender às necessidades específicas dos estudantes do campo, proporcionando um ambiente de aprendizado que favorece tanto a inclusão quanto o engajamento educacional.

Ademais, a implementação de projetos educacionais que promovem a aprendizagem baseada em projetos e a pedagogia da alternância foi observada em alguns documentos tais como LDBEN, PRONERA, e PEE do Pará. Essas metodologias permitem que os alunos apliquem o conhecimento adquirido em contexto prático, reforçando a conexão entre a educação e as atividades diárias da vida no campo, o que é vital para a retenção de jovens nas áreas rurais e para o fortalecimento da economia local.

No entanto, uma análise dos documentos locais, incluindo o Plano Municipal de Educação (PME) e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), não revelou qualquer menção à pedagogia da alternância, ou alternância de períodos, evidenciando assim a necessidade de se discutir e repensar as políticas educacionais vigentes. A ausência dessas referências sugere uma lacuna na consideração das especificidades e demandas da educação rural, negligenciando um modelo pedagógico comprovadamente eficaz para esse contexto.

Por fim, a integração dos pressupostos da educação ambiental no contexto da educação no campo emerge como uma perspectiva promissora. Documentos orientadores como a Lei Nº 9.795/1999 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) destacam a importância da integração da educação ambiental no contexto educacional, especialmente no meio rural (Brasil, 1999a, 1997c). Essa abordagem visa promover uma consciência crítica

sobre as questões ambientais e relacioná-las com a realidade local e as atividades agrícolas desenvolvidas nas comunidades rurais.

Assim sendo, os resultados e discussões apontam para a necessidade de políticas educacionais mais sensíveis às demandas e potencialidades das comunidades rurais, ribeirinhos e povos da floresta promovendo uma educação inclusiva, contextualizada e transformadora. A integração dos saberes locais, a valorização da identidade cultural e a promoção da educação ambiental emergem como elementos-chave para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e o fortalecimento da educação no campo.

Conclusões

O estudo evidenciou que a educação no campo em Conceição do Araguaia, Pará, se depara com uma gama de desafios estruturais, socioeconômicos e pedagógicos. A falta de infraestrutura adequada, o precário sistema de transporte escolar e a nucleação escolar são apenas algumas das questões que impactam diretamente a qualidade do ensino oferecido nessas áreas rurais e grupos populacionais como os povos dos rios, das florestas e os ribeirinhos.

Vale mencionar que o estudo revelou uma significativa lacuna nos documentos oficiais de Conceição do Araguaia, Pará, particularmente no Plano Municipal de Educação e nos Projetos Políticos Pedagógicos analisados. Não foi identificada nenhuma menção à pedagogia da alternância, uma abordagem pedagógica central na educação do campo. Esta omissão aponta para a necessidade de repensar as políticas educacionais adotadas no município em questão.

Esta ausência de informações na pesquisa indica uma área significativa de investigação futura, dada a importância da Pedagogia da Alternância em promover um equilíbrio entre o aprendizado prático nas comunidades e os estudos teóricos nas escolas, facilitando assim uma formação integral dos estudantes.

A constatação de que essa metodologia não está mais sendo adotada no município suscita preocupações profundas sobre a qualidade e a relevância da educação oferecida às comunidades rurais, ribeirinhas e das florestas. Portanto, as investigações subsequentes devem abordar diretamente essa questão, discutindo as implicações dessa ausência e as possíveis estratégias para reintegrar tal pedagogia no currículo educacional, visando a melhoria contínua da educação no campo em Conceição do Araguaia.

No entanto, também é possível observar iniciativas promissoras, como as estratégias delineadas no Plano Municipal de Educação, que buscam atender às necessidades específicas das comunidades rurais, flores e áreas ribeirinhas e promover uma educação mais inclusiva e de qualidade. Além disso, a integração dos pressupostos da educação ambiental no contexto da educação no campo surge como uma perspectiva importante, visando

promover uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sua relação com as atividades locais tais como agricultura, pesca e coleta.

Diante disso, é fundamental que os gestores públicos, educadores e demais atores envolvidos no processo educacional nessas áreas estejam atentos às demandas e potencialidades dessas comunidades, buscando políticas e práticas pedagógicas sensíveis e contextualizadas. A valorização dos saberes locais, a promoção da identidade cultural e o fortalecimento da formação docente são elementos-chave para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e o sucesso da educação no campo.

Para os próximos estudos na área, sugere-se uma pesquisa de campo sobre o impacto das políticas educacionais implementadas e avaliação da efetividade das estratégias delineadas no Plano Municipal de Educação bem como a avaliação da efetividade das estratégias delineadas no documento. Além disso, é importante aprofundar a análise sobre a integração dos pressupostos da educação ambiental no contexto da educação no campo e seu impacto na consciência ambiental dos estudantes e na sustentabilidade das comunidades rurais.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal do Pará de Conceição do Araguaia, por tornar possível a especialização do primeiro autor.

Referências

ALMEIDA, L. A prática pedagógica de professores na educação do campo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 12, Vol. 07, pp. 29-45. Dezembro de 2020.

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem - Terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

BEZERRA, Sebastiana Ferreira. **Políticas públicas para a educação do campo**: desafios e perspectivas para a Casa Familiar Rural de Conceição do Araguaia. 2017. 75 f.. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/4399/2/2017%20-%20Sebastiana%20Ferreira%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 26 de fev. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Meio Ambiente Saúde), Brasília 1997c.

BRASIL. **Lei Nº9.795/1999a** - Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999a.

BRASIL. **Decreto Nº4.281/2002** - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências, Brasília 2002b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Caderno Meio Ambiente. Brasília, 2022d.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. 9394/1996**. Brasília, 1996d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação, 2018e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pronacampo>. Acesso: 06 set. 2022.

CARVALHO, Maria da Glória. Educação do campo: histórias e perspectivas. **Educação em Revista**, v. 34, n. 4, p. 213-230, 2018.

CASAS, R.S; LIMA, J.G. **O pedagogo na educação do campo**: algumas considerações sobre a educação em Paranaguá. Matinhos 2012. 17 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação do Campo) - Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38481/R%20-%20E%20-%20ROSEMARA%20DOS%20SANTOS%20CASAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação do Campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19-63.

FONSECA, Maria Rosa; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A educação no Campo: uma realidade Construída Historicamente. In: GHEDIN, Evandro. (Org.). **O Vão da Borboleta**: interface entre Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos. Manaus: Edições UEA/Ed. Valer, 2008. p. 13-38.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

GHEDIN, Evandro (org.). **Educação do Campo**: epistemologia e práticas. São Paulo. Cortez, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação; Secretaria Adjunta de Ensino. **Documento Base do Plano Estadual de Educação**. Belém: Governo do Estado do Pará, 2015. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/fee/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCACAO%20SANCIONADO-dd596.pdf>. Acesso em: 26 de mar. 2024.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 9: 369-393, 2024.

PEREIRA, Fernando Santos. Pedagogia da Alternância: uma abordagem para a educação no campo. 2021. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, n. 234, e215786.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PARÁ. (2015). **Plano Municipal de Educação Decênio 2015/2025**. Secretaria Municipal de Educação. Conceição do Araguaia, Pará, Brasil.

SANTOS, Angelimar Santana. **Política de permanência dos discentes da educação profissional tecnológica no ensino médio EAD**. Salvador, 2021a. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

SANTOS, Maria Clara. Políticas educacionais para o campo: uma análise crítica. 2019b. **Educação & Sociedade**, v. 40, n. 146, p. 363-378.

SANTOS, K.D; LIMA, F.C; CASTRO, S. **Os desafios encontrados pelos estudantes que residem no campo**. **Revista UNIARAGUAIA**, v.16, n.3, p. 150-157, dezembro 2021.

SANTOS, João; LIMA, Maria. Educação no campo: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, n. 2, p. 102-120, 2020.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica na educação do campo**. In: BASSO , J.D; NETO, J.L; BEZERRA , M.C. Pedagogia histórico-crítica e educação no campo. São Carlos-SP: Pedro & João Editores e Navegando, 2016. cap. 2, p. 16-43. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historicocritica-e-educacao-no-campo.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

SCALABRIN, R.; SOBRINHO, STN; FREITAS, CBS de. O currículo da Ledoc: a Educação do Campo na agenda do IFPA. **Revista Balaio Acadêmico**, 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA (Conceição do Araguaia). **Projeto Político Pedagógico**: EMEIEF Mata Verde. Conceição do Araguaia, PA, 2023.

SILVA, Ana Beatriz. Educação no Campo: desafios e perspectivas. 2017. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 4, p. 112-128.

STEFANELLO, Flávia; JUNGES JUNIOR, Mario Luiz; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Educação do Campo: singularidades da gestão democrática no espaço escolar. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 36, p., mai./ago. 2021.

SUELEN, N.P; BRUNELLI, L.L. Desafios e conquistas da educação no campo. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da Fait**, [s. l.], n. 2, 2020. Disponível em: http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/OVXqLRc5JkGeMa6_2020-12-14-17-19-11.pdf. Acesso em: 25 de fev. 2024.